

Iraque

## **A guerra preventiva ao Iraque - Libertação ou invasão?**

Luis Martinez

Ao longo de uma década, as administrações americanas reagiram mais do que agiram em relação ao Iraque, demonstrando uma surpreendente ausência de visão e lógica políticas. Agora, existe uma estratégia, mas os seus possíveis resultados são tudo menos claros.

Dez anos para nada. Ou melhor, para regressar ao ponto de partida e, como o repetem incessantemente os responsáveis da administração americana, “acabar o trabalho” iniciado em 1991 e jamais terminado: derrubar Saddam Hussein. Raramente um dossier de política externa americana deixou transparecer uma tal sensação de improvisação permanente...

Desde 1991 que a gestão do dossier parece descoordenada. Na Guerra do Golfo, os Estados Unidos escolheram diabolizar o Iraque, mas não levaram esta estratégia ao seu termo lógico: o derrube do regime. Não faltaram argumentos para não ir até Bagdade – por um lado, não ultrapassar o mandato da ONU; não provocar os países árabes da coligação, por outro. Mas, paralelamente, os Estados Unidos recusaram a solução alternativa: reintegrar progressivamente o Iraque na comunidade internacional, mesmo que sob constante vigilância.

Tudo se passa como se perseguissem uma dupla estratégia, divididos entre a vontade explícita – fazer respeitar a legalidade internacional – e o projecto implícito – derrubar Saddam Hussein. O resultado é uma espécie de novela de loucura política, de que os iraquianos são as primeiras vítimas. A 15 de Fevereiro de 1991, George Bush pai apela à revolta da população. Os curdos a norte, os chiitas a sul, rebelam-se contra o regime, que perde o controle de 12 das 18 províncias do país. Mas, contra todas as expectativas, a administração americana recusa a ajuda aos revoltosos, que não terão armas nem apoio militar das tropas americanas no terreno. A Guarda Republicana de Saddam Hussein, que a guerra deixou intacta, reprime à vontade.

O receio de perderem homens em operações de guerrilha urbana, de verem instalar-se um regime islâmico apoiado pela maioria chiita da população e, sobretudo, a obsessão de que o desmantelamento do país criasse um perigoso precedente na região, leva os

responsáveis americanos à inacção. Apesar da instauração de duas zonas de exclusão aérea, no norte e no sul do país, este abandono gera violentas críticas. É para apaziguar a sua consciência que a administração se decide por um embargo quase total, nos termos da resolução 687 das Nações Unidas (3 Abril de 1991)? O Iraque tem o embargo mais severo do século – nem o Tratado de Versalhes foi tão longe. É certo que os vencedores amputaram o território alemão e obrigaram o vencido a pagar reparações de guerra, mas nada impedia a Alemanha de ter relações comerciais normais e de reconstruir as suas infraestruturas.

No Iraque, com o pretexto de que poderia ter um “duplo uso”, a comunidade internacional impede a entrada do material necessário, por exemplo, ao funcionamento de centrais eléctricas. O Iraque está autorizado a exportar uma pequena quantidade de petróleo, a preço fixado pela ONU, mas a atitude americana torna o aprovisionamento quase impossível. Os medicamentos de base e os produtos alimentares são bloqueados com o pretexto que podem ser usados no fabrico de armas químicas. Sem aerossóis, a asma torna-se uma doença mortal. Estima-se que 500.000 crianças de idade inferior a 5 anos pagaram com a vida o rigor do embargo. Em 1996, questionada perante as câmaras sobre o custo humano das sanções e as 500.000 crianças mortas, Madeleine Albright, apanhada de surpresa, responde: “Pensamos que é um custo que vale a pena”. Mas, qual é a lógica que faz do enfraquecimento de uma população, que os americanos pensam ser hostil ao regime, uma estratégia política?

Em 1995, face a um regime seguro, os Estados Unidos estão em vias de perder a batalha da propaganda. As ONGs, os media, os pacifistas, as igrejas, os defensores dos direitos humanos apresentam cada vez mais o embargo como um “genocídio civil”, uma “arma de destruição maciça”, um “crime de guerra”. A situação torna-se politicamente insustentável para a administração Clinton, que decide aligeirar o dispositivo: a resolução 896 (Abril de 1995), dita de “petróleo por alimentos” autoriza o país a exportar o seu ouro negro até dois mil milhões de dólares semestrais e a importar produtos de primeira necessidade. Desejoso de privar o governo iraquiano de qualquer argumento humanitário, os Estados Unidos limitam-se, uma vez mais, a reagir à situação que eles próprios criaram. Ao permitir ao Iraque alimentar a sua população, a ONU dá também ao regime os meios para desviar os recursos.

O *Memorandum of Understanding*, assinado em 1996, organiza as trocas entre a ONU e o governo iraquiano, e encarrega, de facto, as Nações Unidas de distribuir os produtos no

norte do Iraque, mas deixa ao governo a possibilidade de o fazer nas restantes 15 províncias do centro e do sul – depressa surgiram as especulações sobre o desvio destes bens pelo regime. Por outro lado, a ONU autoriza, desde Fevereiro de 1996, o Iraque a aumentar as exportações de petróleo até aos 5,2 mil milhões de dólares semestrais. Pouco a pouco, o Iraque reinsere-se economicamente no seu contexto regional, graças ao contrabando com a Síria, a Turquia, o Iémen, os países do Maghreb, e assina acordos de comércio livre com quase todos os seus vizinhos. Este segundo período da política iraquiana dos EUA é uma espécie de catálogo de paradoxos. Contra a vontade americana, o Iraque sai do seu isolamento, mas a população continua a sofrer, com a responsabilidade a ser atribuída aos EUA.

Mais a mais, convencidos desde o início da duplicidade do discurso americano de que o objectivo não era o controlo do regime mas a sua destruição, Bagdade retirou-se do jogo. Entre 1991 e 1997, as inspecções da UNSCOM teriam permitido a destruição de 90% das infraestruturas militares iraquianas. Mas não se adivinhava nenhum levantamento do embargo. Em Março de 1997, Madeleine Albright reconhecia que nem mesmo o respeito integral pela letra das resoluções da ONU conduziria, *ipso facto*, ao levantamento das sanções. Por outro lado, a aplicação do artigo 22 da resolução 687, relativa ao desarmamento iraquiano, presta-se a todas as interpretações: a destruição do potencial químico, balístico, nuclear e biológico será objecto de apreciação pela comissão da ONU, onde diversas controvérsias mostraram os laços com os serviços de informações americanos. É neste contexto que deve ser lida a crise, a partir de 1996, entre os inspectores e o governo iraquiano. O poder recusa o acesso a algumas instalações presidenciais. Richard Butler, o novo presidente executivo da UNSCOM, queixa-se que os inspectores têm dificuldades de circulação e de trabalho. Em 1998, Bagdade expulsa a UNSCOM e começa a operação de retaliação anglo-americana “Raposa do Deserto”.

Em 2000-2001, o sentido do embargo iraquiano foi objecto de intensos debates. Um certo número de Estados, incluindo a França, gostariam de iniciar uma discussão de fundo sobre os objectivos políticos da comunidade internacional para o Iraque. Kofi Annan enviou uma carta a 47 chefes de Estado, exortando-os a reanalisar a questão iraquiana. A situação faz lembrar a da Líbia em 1999: a suspensão, senão o levantamento das sanções, parecia desejável. Reconhecendo que tinha seguido uma estratégia errada, é o próprio governo americano que propõe a adopção de “sanções inteligentes”, ou seja, um quasi-levantamento do embargo, à excepção do armamento.

O 11 de Setembro alterou todos estes dados. Tendo descoberto a vulnerabilidade do seu próprio território, os Estados Unidos reavaliam a importância da ameaça biológica, química e nuclear. A prevenção torna-se o primeiro objectivo estratégico: é necessário impedir os Estados párias de adquirir armas de destruição maciça. O Iraque torna-se a peça mestra da política americana na região, a transformar em “zona de paz e de estabilidade”. O mesmo projecto que há 11 anos. Como se o “novo Médio Oriente” não nascesse do processo de paz israelo-palestiniano mas de uma mudança de regime no Iraque.

“O caminho de todo o Médio Oriente passa por Bagdade”, segundo um funcionário da Administração – de acordo com as correntes mais duras da administração, nomeadamente deste Pentágono que Pierre Hassner qualifica como “secção washingtoniana do Likud”. Trata-se de um verdadeiro círculo vicioso. Um Iraque *friendly to the west* jogaria a sua influência moderadora sobre uma Síria isolada face a Israel, contribuiria para a resolução do conflito palestino, participando financeiramente na reconstrução dos Territórios em vez de ajudar as famílias dos *Kamikazes*, apaziguaria as tensões sociais jordanas ao fornecer trabalho à sua mão-de-obra e obrigaria os países do Golfo a voltarem a ser aquilo que são, emirados petrolíferos sob a tutela americana, muito vigiados politicamente...

O projecto não é desprovido de inteligência e não se deve criticar os Estados Unidos por passarem da improvisação permanente para a proposta de grande estratégia para a região. Mas a década perdida da política americana para o Iraque levanta a questão da ligação entre a política internacional e a ética da responsabilidade. Podemos detestar o regime de Saddam Hussein e desejar o seu fim, mas não podemos eliminar da equação os meios que queremos utilizar e o preço que estamos dispostos a fazer a população pagar. Afinal, que moral política suporta um embargo que provocou a morte de 500.000 crianças para nada? Deste ponto de vista, a fraqueza ética da estratégia americana arrisca-se, hoje, a ser uma verdadeira fraqueza política. Para funcionar, o projecto pressupõe a existência de uma sociedade que acolha os americanos da mesma forma que os europeus o fizeram após a Segunda Guerra Mundial.

Mas, nem os Estados Unidos de hoje são os Estados Unidos de 1945, nem o Médio Oriente e o Iraque de hoje são a Europa e a Alemanha de 1945. Se o estacionamento de 5000 GI's na Arábia Saudita, após a libertação do Koweit, terminou, dez anos mais tarde, nos atentados de 11 de Setembro, quais serão as consequências, a médio e longo prazo, de uma ocupação do Iraque? Os Estados Unidos serão, muito provavelmente, libertadores

ilegítimos aos olhos dos povos da região, desacreditados que estão devido ao apoio incondicional que dão a Israel, à responsabilidade que têm no “genocídio iraquiano”, e às dúvidas que o petróleo lança sobre a pureza das suas intenções... Tendo como pano de fundo um renovado nacionalismo árabe que encontra a sua razão de ser na recusa da dominação ocidental, o ódio aos EUA não parou de aumentar ao longo da década.

Ninguém pode saber como seriam as tropas americanas acolhidas por uma sociedade iraquiana que parece ter servido de laboratório a um cientista louco. Mas será certamente difícil de explicar à população que os sofrimentos dos últimos onze anos não foram mais que o preço a pagar pela elaboração de uma estratégia política de longo prazo. Aparentemente, a sociedade iraquiana sobreviveu, nomeadamente graças à transformação das redes familiares, tribais e clânicas em redes de solidariedade. Mas lá no fundo, está destruída. Fisicamente, a subnutrição dos seis primeiros anos de embargo deixou traços indeléveis.

Psicologicamente, a população desenvolveu um sentimento de perseguição total e de abandono absoluto. Ignoramos quais poderão os frutos políticos de tal experimentação, mas não é certamente seguro que o sonho da democracia seja a primeira prioridade ... E a instauração de um protectorado internacional não seria mais do que a continuação da crise. A memória do mandato britânico, no início do século XX, ainda está bem presente. Tais esquemas de intervenção, todos vindos directamente do século XIX, parecem singularmente desadequados a um país industrializado e urbanizado (72% da população). As cidades iraquianas, com entre um a quatro milhões de habitantes, podem muito bem ser, em caso de instalação duradoura de tropas estrangeiras no país, potenciais Gazas.

Em dez anos erráticos, a comunidade internacional – e os Estados Unidos em primeiro lugar – fizeram do Iraque um campo de minas político. À imagem da sociedade alemã pós-Versalhes, uma deriva radical da sociedade iraquiana não é um cenário que se possa desprezar. Mas é verdade que, em 1945, a sociedade alemã também tremeu. Resta saber se, no Iraque, estamos em 1919 ou em 1945.